

HISTÓRIA E CULTURAS

O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NO SERTÃO CEARENSE: RITUAIS E REPRESENTAÇÕES DE MAÇONS, ARTISTAS E PROLETÁRIOS¹

Marcos José Diniz Silva *

Resumo

O artigo trata dos festejos do Centenário da Independência do Brasil, em setembro de 1922, promovido pelo “Comitê do Centenário”, da associação de trabalhadores Aliança Artística e Proletária de Quixadá, fundada em junho de 1921. A entidade, de caráter para-maçônico, não apenas organiza uma semana de festejos relativos à semana da pátria e ao Centenário, como tem, como ponto alto, a inauguração de um Monumento ao Trabalho, simbolizado pelo ferreiro em ação, numa praça pública da cidade. Desenvolve-se, em toda a programação, tendo os membros da Aliança como protagonistas, um trabalho de ritualização e de difusão de representações do trabalho, da moral, do civismo e da ordem social, no sentido de legitimar social e politicamente a nova entidade perante a sociedade local, num contexto de exacerbação das lutas operárias no país.

Palavras-chave: Independência do Brasil, Quixadá, rituais, representações, trabalhadores.

Abstract:

The article deals with the celebrations of the Centenary of the Independence of Brazil, in September 1922, promoted by the “Comitê do Centenário”, of the workers association Aliança Artística e Proletária de Quixadá, founded in June 1921. , not only organizes a week of celebrations related to the week of the motherland and the Centenary, but also has, as its high point, the inauguration of a Monument to Work, symbolized by the blacksmith in action, in a public square in the city. Throughout the program, with Alliance members as protagonists, a work of ritualization and dissemination of representations of work, morals, civics and the social order is developed, in order to socially and politically legitimize the new entity before local society, in a context of exacerbation of workers' struggles in the country.

Keywords: Independence of Brazil, Quixadá, rituals, representations, workers.

1. Quixadá: um presente do Cedro

Quixadá, localizada na região Sertão Central do estado do Ceará, a 165 km da capital, Fortaleza, havia-se emancipado de Quixeramobim em 1870. O modesto aglomerado populacional, cortado por uma estrada de boiadas que ligava o alto sertão ao litoral, sustentado na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência entrava, naquele momento, numa fase de progresso e vitalidade econômica, social e cultural. As obras do Açude Cedro e aquela “chusma de homens diferentes”, muito cedo começaram a interferir na vida do povoado.

Intensificou-se o comércio com a abertura de novos estabelecimentos; comboios sucessivos transportavam sem cessar mercadorias e gêneros alimentícios; máquinas e material de construção atulhavam os depósitos improvisados; rasgavam-se estradas de penetração e em procura do litoral; e a bisonha sociedade começou a receber a influência dos numerosos elementos categorizados da Comissão de Açudes, entre os quais se contavam engenheiros,

(*) Graduado em História (UECE) e Doutor em Sociologia (UFC). Professor do Curso de História (CH) e do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades – PPGHCE, da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: marcos.diniz@uece.br

¹ Este artigo é uma versão revisada, mas não atualizada, de “A maçonaria e os trabalhadores do Sertão: rituais e representações no Centenário da Independência”, publicado na revista eletrônica **historiae-historia**, do NEE - Núcleo de Estudos Estratégicos/Arqueologia – UNICAMP/CEANS, em 18 de agosto de 2009, já extinta.

HISTÓRIA E CULTURAS

agrimensores, topógrafos, desenhistas, contadores, tendo como chefe (...) o engenheiro inglês J.J. Revy ²

Ao longo das obras, milhares de trabalhadores sertanejos acorreram a Quixadá em busca de trabalho e pão. A construção do açude representou também solução de emergência às populações flageladas pelas secas ocorridas ao logo do período³, constituindo-se em alternativa aos que não embarcavam para os seringais da Amazônia. A cidade beneficiava-se com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro de Baturité, que ligava Fortaleza a Sousa, na Paraíba, e da ligação telegráfica, inauguradas em 1891.

A economia local beneficiou-se também com a emergência do mercado amazônico. O extrativismo da borracha, que teve sua fase áurea entre 1898 e 1910, estimulou a economia local através da exportação de redes, roupas de carregaço, animais de carga, cangalhas, esteiras de fibra vegetal, arreios de couro curtido, gado bovino e queijos. Beneficiaram-se também as famílias de migrantes que ficavam no sertão recebendo

[...] dinheiro em forma de mensalidades, consignações, ordens de crédito e pequenos suprimentos [...] constituindo apreciável importação invisível de capitais [...] eram também numerosos os ‘paroaras’ que baixavam trazendo saldos, aqui empregados na compra de casas, fazendas, sítios ou postos em circulação no comércio.⁴

Eusébio de Sousa⁵, fundador dos jornais *O Centenário* e *O Sitiá*, tratando sobre Quixadá, no início da década de 1920, informa a existência de onze empresas importadoras e nove importadoras/exportadoras, uma fábrica de redes, três fábricas de calçados, seis fábricas de aguardente, oitenta aviamentos de farinha, doze carpintarias, quinze ferrarias, três funilarias, três ourivesarias, dez fábricas de beneficiamento de algodão, quinze engenhos de ferro, dez engenhos de madeira, oito motores a vapor e uma tipografia. Exportavam-se couros, peles, sola, queijos, cera, e importavam tecidos, ferragens e gêneros alimentícios, dentre outros. As feiras de gado movimentavam semanalmente cerca de quatrocentas cabeças, provindas das mais variadas regiões do Ceará, como Riacho do Sangue (Vale do Jaguaribe), Inhamúns e até do Piauí. Quanto à

² SOUSA, José B. **Quixadá e Serra do Estevão**. 2 ed., Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1997, p. 53-54, grifo meu. Construído entre 1884 e 1906, o Açude Cedro é considerado a primeira grande obra do Estado brasileiro de combate às secas, dentro da chamada política de açudagem. É tombado como Patrimônio Histórico Nacional e está no coração do recém-criado Vale Monumental dos Monólitos.

³ Ibid., p.49. Durante o período de construção do Açude ocorreram secas e repiquetes nos anos de 1888, 1889, 1891, 1898, 1900 e 1903. Na seca de 1888, o engenheiro inglês J. J. Revy esposava opinião de que era “*necessário alimentar primeiro o trabalhador, para depois exigir trabalho*”. Naquela conjuntura chegou a socorrer 30.000 pessoas, pagando a cada operário uma diária de 700 réis, sendo 500 em gêneros alimentícios e 200 em dinheiro.

⁴ Ibid., p. 61-62.

⁵ Eusébio Nery Alves de Sousa, juiz da comarca de Quixadá (1922-1926), era membro do Instituto do Ceará e de diversas outras sociedades do gênero. O jornal “O Centenário”, comemorativo do centenário da Independência do Brasil, teve tiragem única e “O Sitiá”, circulou entre 1924 e 1927.

HISTÓRIA E CULTURAS

produção agrícola, destacava-se a cultura do algodão, com aproximadamente dois mil roçados em volta do município, além das culturas da cana, mandioca, milho e fumo.⁶

A atividade política em Quixadá, entre o final do Império e o início da República, não fugiu ao padrão brasileiro corrente: esteve sob controle dos grandes proprietários de terras vinculados, direta ou indiretamente, ao setor comercial, destacando-se as famílias Queiroz e Barreira. Afirma Raymundo Faoro que a incompatibilidade dos coronéis com as forças urbanas não os isentava de participarem das atividades comerciais, “não raro próximas aos seus cuidados”, demonstrando o equívoco da “tese de que o coronelismo brotou e se consolidou num sistema econômico autocrático, pré-comercial, pré-capitalista”.⁷ Maria Isaura de Queiroz, por sua vez, destaca que o comércio não constituía “ocupação desdenhada ou desprezada [...] era atividade prestigiada que, segundo a voz popular, podia levar aos mais altos destinos”.⁸ A autora chama a atenção para a noção comum à época de confundir comércio com fortuna. Esse esteio econômico constituía, portanto, importante base para a política de favores do coronelismo.

Foi com Inácio Alves Barreira Nanam (1841-1920), coronel da Guarda Nacional, que se constituiu o período áureo do mandonismo local em Quixadá. Essas famílias tradicionais e suas parentelas dominaram hegemonicamente a administração pública local, assegurando a intermediação coronelística, inclusive incorporando o setor comercial em ascensão.

A partir de 1920, com a morte do coronel Nanam, a transferência de seus familiares para o Rio de Janeiro, com o desenvolvimento econômico e o maior dinamismo urbano, diluiu-se gradativamente a solidariedade vertical que unia as parentelas, constituindo-se uma *solidariedade horizontal* que passou a agregar indivíduos de posições socioeconômicas semelhantes no interior daquela estratificação social. Para Maria Isaura de Queiroz, na obra já referida, a crescente urbanização dissolvia a *solidariedade vertical* que unia as camadas elevadas da parentela coronelista às camadas inferiores. Com isso, emergia uma “consciência de classe” no país, primeiramente entre as camadas superiores, na forma de associações patronais nos setores agrícola, comercial e industrial, resultantes do reforço de uma *solidariedade horizontal*. O surgimento de diversas entidades de classe congregando proprietários de terra, grandes e pequenos comerciantes e trabalhadores, em Quixadá naquele período, confirma a assertiva acima exposta.

Essa tendência a uma extensão das redes de solidariedade horizontal no contexto sociopolítico quixadaense nos anos vinte, resultava dos avanços econômicos e diversificação social

⁶ SOUSA, José B. op.cit., p. 101-104.

⁷ FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. São Paulo: Globo, 1989, v.2, p. 646.

⁸ QUEIROZ, Maria I. P. de. (1978) O Coronelismo numa Interpretação Sociológica In: FAUSTO, Boris (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, t. III, v. 2., p. 186.

HISTÓRIA E CULTURAS

do município. Uma mentalidade modernizadora, oriunda das Comissões do Açude, influenciou as elites locais que, exercendo a intermediação coronelística nos níveis estadual e federal, trouxeram para Quixadá equipamentos modernos para o incremento e a racionalização da produção econômica, transformando o município em verdadeiro “campo experimental”. Pode-se destacar: introdução do sistema de “lavoura seca” pelo norte-americano Milton Underdown, em 1906; criação do Horto Florestal em 1911, sob a direção do botânico Alberto Lofgren, sucedido pelo italiano Alfredo Benna; criação, em 1913, da Estação Experimental de Lavoura Seca com Grover Belmont Pyles, e a fundação, por iniciativa particular, da Escola Prática de Agricultura. Anexo a esta, o governo do Estado funda, em 1915, um Posto Zootécnico para o melhoramento racial dos rebanhos. Um ano depois, ocorre em Quixadá, o Primeiro Congresso Agrícola do Ceará.

A construção do açude Cedro foi concluída em 1906. Os benefícios de ordem material e cultural advindos daquela fase permitiram um incremento econômico diferenciado e maior intensificação da vida urbana no interior daquele aglomerado sertanejo, que dava seus primeiros passos de vida autônoma. Iniciava-se a fermentação intelectual resultante do contato duradouro com homens de outros lugares – estrangeiros – de formação técnica e superior; enquanto experimentavam a influência de novas formas de sociabilidade urbana importadas.

Bonifácio de Sousa chega a afirmar que ocorreu verdadeira “transusão de civilização e cultura”.⁹ Nos vinte e dois anos de construção do açude Cedro, praticamente uma geração se formou em Quixadá aspirando ares da modernidade técnica e do pensamento científico emergentes no Brasil. Agitou-se a vida social e cultural.

No ano de 1896, três jovens caixeiros fundaram o primeiro jornal da cidade, *O Matuto*. Nesse mesmo ano, os funcionários da Comissão de Açudes fundam o jornal *O Açude*. A vida social na cidade tomava “ares” urbanos com visitas, reuniões, surgimento de bibliotecas, gabinetes de leitura, encontros literários, festas familiares e “visitas domingueiras” às fazendas da vizinhança. Funda-se em 1892 um “clubes elegante” que “nas suas grandes noites não faltavam sequer os mimosos e minúsculos *carnets de souvenir* distribuídos às damas”. Não tardaram também os casamentos que uniam engenheiros e “outras figuras qualificadas” a algumas famílias locais.

A educação também é reveladora desse dinamismo da vida local. A primeira escola particular da cidade foi fundada por um dos funcionários da Comissão de Açudes, logo no início das obras. Em 1900 reforça-se a educação e a vida intelectual do município com a instalação do

⁹ SOUSA, José B. op. cit., p. 55.

HISTÓRIA E CULTURAS

Mosteiro de Santa Cruz e Ginásio São José, dos monges beneditinos, oferecendo instrução de nível médio, em caráter de internato, para os filhos das elites do Ceará e até de outros estados.¹⁰

Foi considerável o número de escolas particulares criadas até o final da década de 1920, embora de vida efêmera, a maioria. A instrução pública, por sua vez, cabia a um Grupo Escolar e 25 escolas públicas mantidas pelos governos estadual e municipal. A Prefeitura mantinha 18 escolas, sendo 15 na zona rural e 3 na sede, duas delas subvencionadas pelo erário municipal: a escola noturna da “sociedade operária” Aliança Artística e Proletária de Quixadá e a escola da Sociedade Vicentina.

O ano de 1910 marca a chegada do cinematógrafo e em 1912 a criação da Empresa de Cinema Brasil. A imprensa ressurgiu com os periódicos *A Tribuna* (1912), *O Lavrador Cearense* (1913) e *O Sitiá* (1924-1927), este último impresso em oficina própria. Foi também em 1912 que ocorreu a primeira tentativa de criação de uma associação de trabalhadores. A ideia não se concretizou, segundo Bonifácio de Sousa, devido à crise política resultante da deposição do presidente do estado, Nogueira Acioly, que repercutiu também em Quixadá. À época, a oposição municipal, liderada pelo comerciante Manoel Cândido Danthéias comemorou com foguetórios a deposição de Acioly, o que desencadeou a pronta repressão policial. Informa o líder operário Francisco Chagas da Silva que “A reação do Tiro de Guerra [sociedade particular que reunia políticos oposicionistas] fora imediata e entrou de prontidão (...) no pavimento térreo da Câmara Municipal e Fórum da Comarca de Quixadá”.¹¹ Não houve enfrentamento, porém, mas o clima tenso na política local perdurou até 1914, quando a cidade foi invadida pelos jagunços do padre Cícero no episódio da Sedição de Juazeiro.

Nesse contexto sociopolítico crescia em Quixadá o movimento associativo congregando diversas camadas sociais. Mesmo com o tenso clima político do ano de 1914, os proprietários rurais fundam o Sindicato Agrícola de Quixadá, presidido pelo engenheiro Tomás Pompeu de Souza Brasil. Em 1915, mais uma tentativa de fundação de uma associação de trabalhadores é malograda, em virtude da seca que abalou o sertão cearense. Somente em 1921 os trabalhadores fundariam a Aliança Artística e Proletária, seguidos, em 1922 da Associação dos Merceeiros (pequenos comerciantes) e da Associação Comercial de Quixadá.

¹⁰ O Ginásio São José funcionou entre 1903 e 1912. Na opinião de Sousa (1997), tratava-se de um dos mais importantes centros de ensino secundário do Norte e Nordeste do país. Seus professores eram em sua maioria monges beneditinos belgas e alemães, inclusive professores de universidades europeias. Ali estudaram Leonardo Mota, Dolor Barreira e membros de outras tradicionais famílias cearenses como Studart, Gentil, Feitosa, Queiroz, Macedo, Paula Pessoa, Albano, etc.

¹¹ SILVA, Francisco C. da. **Quixadá nos anos de 1910 a 1942 (Descrição de Fatos Históricos)**. Fortaleza: [s.n.], 1977, p. 69-70.

2. “Pedreiros-livres” organizando artistas e proletários

A Aliança Artística e Proletária de Quixadá (AAPQ) teve como principais fundadores Jacinto Sousa, Emygdio Cabral e Sizenando Cavalcante¹², sendo organizada sob inspiração maçônica e congregando “artistas e proletários” numa sociedade de “benefício e resistência”. Contou, em sua assembleia de fundação, com a assinatura de mais de cem membros, envolvendo trabalhadores das mais variadas categorias de ofício como: sapateiro, mecânico, mestre de obras, alfaiates, ourives, ferreiros, mas, também, agricultores, comerciantes e outros trabalhadores menos qualificados, que raramente se destacavam, e a quem cabiam, provavelmente, o qualificativo de “proletários”.

A Maçonaria, desde o final do século XIX orientou-se de forma programática para a “questão social”,¹³ considerando-a como “eixo central” de sua atuação no Brasil. No Ceará, além da Sociedade Artística Beneficente (1902), do Centro Artístico Cearense (1904) e do Asilo de Mendicidade (1905), em Fortaleza; os maçons fundaram uma rede de organizações beneficentes em diversas cidades do interior do estado, como Iguatu, Crato, Maranguape e Quixadá, às quais se filiavam ao Centro Artístico logo que eram fundadas.

Essas sociedades constituíram experiências significativas desse movimento de trabalhadores que, embora não aderindo ao sindicalismo “revolucionário”, congregou de forma hegemônica os trabalhadores cearenses até meados da década de 1920, modelando suas noções de trabalho, de sociedade, de justiça e de progresso, afirmando-se como única e legítima alternativa de organização política dos trabalhadores.

Registra-se a presença maçônica no interior do estado, desde o início do século XX. Em Baturité funcionou a Loja Deus e Baturité, entre 1905 e 1911. Em Senador Pompeu, a Loja Deus,

¹²Jacinto de Sousa era escultor, pintor, fotógrafo, autodidata e poliglota. Em 1915, ainda bem jovem, vai para Fortaleza e torna-se empregado de um navio mercante, conhecendo cidades da Europa e outros continentes. Retorna ao Brasil em 1917, residindo por três anos em Belém do Pará. Em 1920 volta para Quixadá, montando novo ateliê de fotografia, dedicando-se também à pintura e escultura. Emygdio Cabral, maçom, era representante comercial (empresa Singer) e Sizenando Cavalcante, maçom, era alfaiate, que se destacara como fundador da União Artística Iguatuense, em 1913, no município de Iguatu, na região centro-sul do estado do Ceará, a 384 km da capital Fortaleza.

¹³ “Enquanto a Igreja voltou-se para a educação das elites, a estratégia da Maçonaria foi ampliar o número de escolas leigas voltadas para os setores populares. Tal estratégia revelava, de certa maneira, um interesse da Maçonaria em ampliar o recrutamento de seus membros nos setores populares e, consequentemente, discutir e se posicionar com maior clareza sobre os problemas da chamada ‘questão social’. Em 1892, no seu discurso de posse como grão-mestre da Ordem Maçônica, Antônio Joaquim de Macedo Soares, ministro do supremo tribunal de Justiça, propunha que a ‘questão social’ se transformasse no eixo central de atuação da Maçonaria brasileira”. BARATA, Alexandre M. **Luzes e sombras: A ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas (SP):Editora da Unicamp – Centro de Memória - Unicamp, 1999. p.142.

HISTÓRIA E CULTURAS

Pátria e Liberdade, entre 1905 e 1910.¹⁴ Em Quixadá, há indícios da presença do “espírito maçônico”, na mesma época.

Em 1906, em Fortaleza, o político e jornalista João Brígido noticia no jornal *Unitário*, de sua propriedade, a visita do presidente da República Afonso Pena a Quixadá, para a inauguração do Açude Cedro, e na ocasião refere-se “à escola noturna Instituto Lauro Sodré, fundada e mantida exclusivamente pelos nossos ilustres amigos Cel. José de Queiroz Pessoa, farmacêutico C.[Carlos] de Miranda Filho, Cel. Emygdio Nogueira [Lima], João de Almeida e Joaquim Costa Lima, [que foram] cumprimentar o conselheiro Pena [...]”¹⁵

A existência dessa escola noturna confirma a presença informal da Maçonaria, já no início do século. O patrono da escola, Lauro Sodré, político de renome nacional, era Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil (1904 e 1916). A iniciativa dos maçons quixadaenses recebia desse modo as congratulações de outro combativo maçom cearense, João Brígido. Com ela materializava-se, em pleno sertão semiárido, um ideal maçônico: a instrução do “povo pobre”, a partir da colaboração de um grupo de comerciantes e profissionais filantropos; “cinco patriotas” nas palavras de João Brígido. Um deles, o comerciante Joaquim Costa Lima, seria prefeito de Quixadá entre os anos de 1912 e 1914, período que, aliás, coincide com a primeira tentativa de fundação de uma associação de trabalhadores, sob a denominação de “Aliança, nossa Liberdade”.

A fundação da primeira loja maçônica em Quixadá ocorreria em 1º de fevereiro de 1918, denominada Loja Ordem e Justiça. Houve também o registro de outra, a Loja Caridade e Justiça, entre os anos de 1920 e 1921.¹⁶ A Loja Ordem e Justiça teve atuação considerável na propaganda maçônica e no encaminhamento de “profanos” - de Quixadá, Quixeramobim, Iguatu, Baturité, dentre outras cidades da região - para iniciação em Fortaleza, na Loja Igualdade.

Seguindo a política maçônica brasileira de intervenção na “questão social”, os membros da Loja Ordem e Justiça fundam uma escola noturna, em 4 de dezembro de 1919, denominada Escola Padre Mororó. Além desta, existiram, na década de 1920, mais duas escolas fundadas e mantidas pela Maçonaria, ambas em Fortaleza, a Escola José Bonifácio e a Escola Cel. João Brígido.

Foram membros da Loja “Ordem e Justiça”, dentre outros, Manoel Cândido Danthéias, comerciante, político, líder local da oposição à oligarquia Aciolina¹⁷, ocupou o cargo de Venerável da referida Loja e, a partir de 1921, torna-se sócio protetor da Aliança Artística; Emygdio Cabral

¹⁴ CÂMARA, Sófocles T. **Almanach do Ceará**. Fortaleza: Progresso. 1916-1917.

¹⁵ SOUSA, José B. de. op. cit., p. 143.

¹⁶ Sobre a Loja “Caridade e Justiça”, consta referência no Almanach do Ceará - 1920, p.229-230. Na edição de 1921 (p.220-221), a mesma aparece seguida da expressão “adorm .:”, indicativo de que “abateu colunas”, ou seja, desativou-se.

¹⁷ Denomina-se Oligarquia Aciolina o grupo político que dominou a cena política no Ceará entre os de 1896 e 1912, sob o comando de Antônio Pinto Nogueira Accioly.

HISTÓRIA E CULTURAS

Gomes de Sousa, jovem alfaiate, ocupou o cargo de secretário da “Ordem e Justiça”, sendo um dos idealizadores e sócio fundador da Aliança; e o ferreiro José Cardozo da Cruz, mestre-maçom e também sócio fundador da Aliança.

A Aliança Artística propunha-se, portanto, a atender seus associados a partir de um modelo de previdência social privado, de caráter mutualista, bem próximo da tradição associativa operária brasileira oriunda do século XIX e muito disseminada em Fortaleza e algumas importantes cidades do interior do Ceará. Essa tradição beneficente também foi adotada pela Igreja Católica em seu projeto conservador de organização dos trabalhadores cearenses, no sentido de neutralizar a atuação liberal e laica da maçonaria, e fazer frente à propaganda libertária e comunista no Ceará.¹⁸

Ao pagarem suas mensalidades em dia, os sócios da Aliança tinham direito a auxílio-doença, auxílio desemprego, auxílio nos acidentes de trabalho, serviços funerários, jazigo particular da associação no cemitério da cidade, pecúlio aos dependentes, amparo jurídico, acesso dos filhos à Escola Noturna da Aliança, carta de apresentação e comprovante de idoneidade quando precisavam ausentar-se da cidade.

A extensão do caráter de benefício da Aliança pode ser melhor entendida, se pensarmos no significado social que esta dispensava aos seus membros, não apenas pelos benefícios que prestava, como também pelo fato de congregar, além de artífices e “proletários”, também funcionários públicos e algumas autoridades locais; algumas delas ofertando-lhes regularmente importantes contribuições. A entidade delegava, pois, certa imagem social aos seus membros, conferindo-lhes “carta de apresentação” e “comprovante de idoneidade”. Atribuição no mínimo curiosa quando se pensa o contexto político oligárquico-coronelistas da Primeira República, especialmente no Sertão nordestino.

Acreditamos, portanto, poder vincular essas práticas, como também a concretização de uma série de outras atividades - que não comportam analisar neste trabalho - à representação daquilo que se denominava “resistência”, entre os aliancistas.

3. “Monumento ao Trabalho”: uma original comemoração do Centenário

A Aliança Artística propôs-se a “comemorar o Centenário de nossa Independência”, mandando “erigir-se numa das praças da cidade um marco representativo do Centenário da

¹⁸ PARENTE, Josênio O Movimento Operário Cearense na Primeira República In: SOUZA, Simone (Org.) **História do Ceará**. Fortaleza, UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1989. OLIVEIRA, Francisco de Assis S. & SOUZA, Simone. **O Movimento Operário Cearense na Primeira República**. Fortaleza, UFC/ NUDOC (Série História Nº 3).

HISTÓRIA E CULTURAS

Independência do Brasil”. A proposição data de 26 de fevereiro de 1922, da autoria do alfaiate Sizenando Cavalcante.

A Aliança encabeçou as comemorações do Centenário ainda em fevereiro de 1922, quando um dos membros propôs erigir-se um “marco representativo” daquela data. A partir de então, mobilizaram-se no chamado “Comitê Pró-Centenário”¹⁹, que seria o Comitê da Aliança, devendo-se, portanto, formarem-se outros por outras entidades que atuariam em conjunto, conforme veremos adiante. Encaminham ao prefeito da cidade, Nilo Tabosa Freire, solicitação de terreno de 4 metros quadrados “à praça Nogueira Accioly, para ser erigida a estátua do Trabalho”²⁰. Mobilizaram-se os aliancistas, nas palavras de Sizenando Cavalcante, para o “curso mútuo na realização do nosso ideal, construindo um monumento em uma das praças desta cidade, a qual lembrará à posteridade o nosso grau de adiantamento moral, cívico e artístico”.²¹

E neste ponto, diante do exposto, nos perguntamos: Por que razão os aliancistas necessitavam dar demonstrações ao seu tempo e à posteridade de seu “grau de adiantamento”, nos campos da vida moral (ou seria a conduta social?), do cívico (poderíamos situá-lo, talvez, como político?) e artístico? Seria a oportunidade da comemoração da data máxima da construção da identidade nacional, e o momento ideal para a construção, mais elaborada e consciente da identidade social e política da Aliança Artística e Proletária de Quixadá?

Acreditamos que os questionamentos acima indicam a possibilidade de sua reflexão em torno do conceito de representação social. Segundo Jodelet, as representações sociais em sua complexidade,

formam um sistema e dão lugar a teorias espontâneas, versões da realidade encarnadas por imagens ou condensadas por palavras, umas e outras carregadas de significações (...) as representações expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas – trata-se das funções e da dinâmica sociais das representações.²²

Convém lembrar, portanto, que o contexto particular da Aliança, quando se construíam tais representações, caracterizado pela atuação de uma entidade associativa ainda muito jovem que apontava para uma ação organizativa de caráter assistencial, poderia ferir interesses clientelistas nas estabelecidas redes de poder local. O discurso aliancista voltado para demonstrações públicas e

¹⁹ Ata da AAPQ, 05/03/1922

²⁰ Idem, 19/03/1922

²¹ Idem, 12/03/1922

²² JODELET, Denise. Representações sociais: Um domínio em expansão In: JODELET, Denise (Org.) **As Representações Sociais**. trad. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p.21.

HISTÓRIA E CULTURAS

eternizadoras de seu estado de adiantamento, poderia representar muito mais que a contribuição cívica da Aliança às comemorações do Centenário; ensejavam momento propício de constituição de seu “rito histórico de passagem”, demarcando seu primeiro ano de existência, afirmando seu espaço de ação e sua aceitabilidade social como entidade cívica e patriótica.

Entretanto, a análise do desenrolar da programação e sua constituição ritualizada, poderão nos revelar outros elementos dessas representações sociais. Na observação do caráter “ritual” dos festejos organizados pela Aliança Artística e Proletária de Quixadá, inspirou-nos o trabalho de Roberto Da Matta, “Carnavais, Malandros e Heróis”²³, especialmente o capítulo “Carnavais, Paradas e Procissões”. O autor procura caracterizar os “três modos básicos” pelos quais se dão a ritualização do mundo brasileiro. Consideraremos aqui, mais atentamente, a relação Carnaval/Dia da Pátria, classificados enquanto “rituais nacionais”.

Nesses tipos de rituais “toda a sociedade deve estar orientada para o evento centralizador daquela ocasião, com a coletividade parando ou mudando radicalmente suas atividades”.²⁴ O deslocamento das atenções da sociedade, “parando” seu cotidiano, ou alterando-o de forma radical, estabelecendo-se um contraste entre os “atos do mundo” e a realização do rito, constitui, assim, o ritual como um drama. Tal definição permite-nos compreender, segundo Da Matta, os festejos que ele classifica de “rituais nacionais” - ou seja, o Carnaval e o Dia da Pátria - como “dramas” que nos inscrevem mais fortemente “a consciência do mundo social”.

Importa lembrar com o autor, que essa oposição ritual/cotidiano se expressa, no mundo brasileiro, enquanto esferas do formal/informal, ordinário/extraordinário, previsto/imprevisto. O ritual representaria, então, expressão “[...] ligada a momentos marcados pelo comportamento solene, caracterizado pelo controle explícito da palavra, dos gestos e vestimentas, como ocorre com os funerais e alguns ofícios cívicos e religiosos”.²⁵

Em sua caracterização dos “rituais nacionais”, Da Matta trabalha, também, com a oposição “tempo histórico/tempo cósmico”, referente às manifestações do Dia da Pátria e do Carnaval, respectivamente. Esses rituais mobilizam a população e exigem um tempo próprio e especial para sua manifestação. O “tempo histórico” do Dia da Pátria é único, referente a um “rito histórico de passagem”, demarcador do rompimento com a dependência colonial, e da construção da ideia de nação e de “maioridade política”, numa: “[...] *performance* [que] visa não só recriar um momento glorioso do passado, mas muito especialmente marcar a passagem entre o mundo colonial e o

²³ DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis - Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro**, 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990.

²⁴ DA MATTA, op. cit. p.38

²⁵ Ibidem. p.40

HISTÓRIA E CULTURAS

mundo da liberdade e da autodeterminação.”²⁶ O “tempo cósmico” do Carnaval, por sua vez, inscreve-se numa “escala cronológica cíclica”, sem uma datação fixa e “marcada pelo relacionamento entre Deus e os homens, tendo, por isso mesmo, um sentido universalista e transcendente.”²⁷

A característica marcadamente histórica do ritual do Dia da Pátria, com seu conteúdo representativo de aspirações saudosistas, de um lado, e, do outro, a perspectiva de reconstrução permanente da identidade nacional, justifica sua presença na vida brasileira - especialmente com o advento da República - onde se insere o evento que pretendemos analisar.

Registra a história local que fora confeccionado um jornal, *O Centenário*, com tiragem única, especialmente para o evento, de iniciativa de Eusébio de Sousa - Promotor de Justiça de Quixadá. O jornal constituiu-se veículo fundamental na divulgação da programação do evento que durou uma semana, com artigos diversos versando sobre o tema, com publicação de leis da Câmara, assim como a relação das escolas que participariam das solenidades.

A organização da programação dos festejos do Centenário, realizadas entre os dias 3 e 10 de setembro, foi assim descrita por Eusébio de Sousa:

No dia 3 do corrente - O Dia do Comércio - a cidade despertou com uma salva de 21 tiros anunciando aos seus habitantes o glorioso evento da semana festiva [...] As 7 horas, em frente ao paço municipal, houve solene missa campal celebrada [...] pelo vigário João Lucas Heuser, ato este religioso comemorativo da patriótica iniciativa da Câmara Municipal de Quixadá, em homenagem ao Centenário, ordenando o fechamento do comércio em dias de domingo e feriados às 12 horas, devendo ainda introduzir feiras livres no município [...] Nessa ocasião a comissão promotora dos festejos fez distribuir, entre os assistentes, o número especial do jornal *O Centenário* [...] À noite desse dia inicial de festejos, realizou-se com imponência desusada, grande Kermesse, em benefício das obras do ‘Jardim Público da Independência’.

No dia 4 - O Dia da Agricultura - [...] passeio à barragem do Cedro pelas escolas públicas [...] em bonds especiais, gentilmente cedidos [...] pela Inspetoria de Obras contra as Secas [...] (às) dependências do Horto Florestal e Escola Agrícola [...] na maior cordialidade. Foi distribuído [...] confeitos à petisada.

No dia 5 - O Dia das Indústrias - as escolas públicas precedidas de fanfarra musical fizeram visita às fábricas existentes na cidade, desfilando em seguida, pelas principais ruas cantando hinos e marchas patrióticas.

No dia 6 - O Dia das Artes - [...] sessão cinematográfica, na tela do ‘Cine-Paroquial’ promovida pela Aliança Artística e Proletária de Quixadá. Depois o ‘Club Quixadá’ improvisou animado sarau dançante que se prolongou até às 24 horas. Justamente quando às primeiras badaladas dessa hora a cidade foi acordada com estrondosa salva de foguetes e ao toque incessante do sino da igreja.

No dia 7, o memorável dia, com justo orgulho cognominado - **O Dia da Pátria** - a cidade de Quixadá delirou de entusiasmo [...] Todos sem a menor seleção, grandes e pequenos, ricos e pobres afluíram ao recanto da cidade onde se procurava manifestar a grandiosa data [...] aos primeiros alhores do dia, estrondosa salva de 21 tiros deu o sinal convencionado para início das solenidades, o suficiente para que as locomotivas da Estrada de Ferro de Baturité, adrede preparadas, conjuntamente com as fabricas da cidade saudassem, com suas cirenes, o evento grandioso [...] apitando estridentemente ao mesmo tempo três possantes locomotivas [...] sereias de dois locomoveis e o repicar dos sinos da igreja-matriz [...] às 6 horas, o hasteamento

²⁶ Ibidem. p.44. Grifo do autor.

²⁷ Ibidem. p.45

HISTÓRIA E CULTURAS

da bandeira no edifício da estrada de Ferro por ser a repartição federal mais em evidencia [...] associando-se a ele as escolas públicas [...] entoaram o Hino à Bandeira e o Hino da Independência. Finda esta parte celebrou-se na frente da igreja-matriz uma missa campal', sendo entoado [...] o Hino Católico. 'As 7 horas e 30 minutos [...] foi a solenidade mais tocante e expressiva [...] promovida pela novel mais consolidada 'Aliança Artística e Proletária de Quixadá', uma associação de humildes, mas esforçados operários que com pouco mais de um ano, já tem dado frutos sazonados, sobejas provas de seu valor. Inaugurou-se o monumento ao Trabalho, mandado erigir na Praça Dr. Nogueira Acioly por aquela denodada associação operaria. O ato foi soleníssimo, honrado com a presença de representantes dos exmos. Srs. Presidente da República, do Estado, do Secretario de Negócios da fazenda Estadual, do 'O Nordeste' e 'Ceará-Social', do menor Ubirajara Índio do Ceará, sociedades operarias 'Centro Artístico Cearense', 'Artística Beneficente', 'União Geral dos Trabalhadores Cearenses', 'União dos Pedreiros', 'Deus e Mar', de Fortaleza, e 'União Artística Iguatuense' [...] autoridades municipais e grande número de famílias. Às 13 horas, no salão do 'Cine-Paroquial' a 'Aliança Artística e Proletária', realizou uma sessão cívica sobre o festejado dia, falando os srs. Firmo de Holanda, Raymundo Ramos e Sizenando Cavalcante [...] Às 15 horas, no edifício da Câmara Municipal, presidido pelo prefeito Dr. Nilo Tabosa Freire, teve lugar [...] aposição dos retratos dos imperadores Pedro I e Pedro II, do Presidente da República Dr. Epitácio Pessoa, do Presidente do Estado Dr. Justiniano de Serpa e do Senador João Thomé de Saboya e Silva, na respectiva galeria nobre [...] o orador oficial foi o deputado Alfredo Pereira de Sousa [...] Às 16 horas, na Praça Revy [...] realizaram-se os exercícios de ginástica sueca, pelas escolas públicas e colégios particulares, em conjunto, sob a direção do [...] inferior do 23º. batalhão de caçadores João Gilberto de Sousa [...] 'As 18 horas, na igreja-matriz celebrou-se solene *Te Deum* em ação de graças [...] 'As 20 horas realizou-se o grande baile promovido pelo 'Club Quixadá, ao qual compareceu o que de melhor possui a sociedade quixadaense [...]

No dia 8 - O Dia do Trabalho - [...] houve exercício de esgrima e ginástica sueca pelas escolas públicas e colégios particulares na Praça da Matriz [...] a 'Aliança Artística e Proletária' realizou nos salões da Prefeitura o seu anunciado baile [...] Nessa ocasião foi alvo de significativa manifestação, o sr. Sizenando Cavalcante, sendo entoado na sua entrada [...] o Hino Operário [...] erguidos entusiásticos vivas à Pátria Independente, à Aliança Artística, ao município de Quixadá, às classes unificadas, etc.,etc..

No dia 9 - O Dia das Letras - realizou-se [...] passeata infantil, finalizando-se [...] com uma sessão cinematográfica dedicada às crianças, na tela do 'Cine-Paroquial'.

No dia 10 - O Dia das Escolas - foi levada a efeito grande *soirée* litero-musical, promovida pelo 'Colégio Maria Auxiliadora' [...] ²⁸

Em sua análise das formas de uso do tempo nas manifestações do “Carnaval” e do “Dia da Pátria”, Da Matta refere-se ao caráter diurno, claro, aos espaços bem demarcados neste, e à inversão que se dá naquele, com manifestações noturnas e espaços demarcados de forma variada. Embora admitindo algumas restrições às suas proposições, Da Matta oferece-nos roteiro para o exame de algumas características do caso em estudo, que apontam para singularidades marcantes de sua organização, encarada enquanto ritual.

Nos festejos do “Dia da Pátria” no Centenário, a organização não está centralizada no aparelho estatal, o que não significa a sua exclusão. Nesse caso, a iniciativa coube à Aliança que, enquanto tal, imprime sua marca no desenrolar das comemorações.

Percebe-se pela leitura da descrição de Eusébio de Sousa - um dos protagonistas do acontecimento - que, à parte as ausências prováveis e os acréscimos não menos possíveis, inerentes

²⁸ SOUSA, Eusébio de. **Memórias Sobre o Município de Quixadá**. Fortaleza: Tipografia Moderna - F. Carneiro. 1927, p.117-122, grifo nosso.

HISTÓRIA E CULTURAS

aos documentos como aos monumentos, pois são, também, montagens²⁹, representações por excelência; encontramos um entremear de tempos de ação no contexto geral da programação desenvolvida. Sua descrição remete-nos aos “momentos de sagração” dos festejos, quando se dão as missas solenes, o repicar dos sinos da igreja-matriz, as bênçãos do pároco; a estes acrescentam-se os momentos que poderíamos chamar “profanos”, dos passeios, visitas, fanfarras, bailes, saraus, demonstrações de ginástica e esgrima, apresentações literárias e musicais; para completar-se com os “momentos solenes”, da inauguração do Monumento ao Trabalho, hasteamento de bandeiras e execução de hinos nacionais, inauguração de retratos de personalidades em galerias nobres, discursos diversos e de parlamentares.

As intercalações das três formas distintas de manifestação ritualizada dão-se de maneira harmônica, instituindo-se uma sincronia que permite o revezar-se permanente dos três momentos, no conjunto das comemorações, sem que se perceba o afastamento e negação do cotidiano para que o extraordinário se manifeste.

Observe-se, por exemplo, as expressões de Eusébio de Sousa referentes ao “espetáculo ensurdecedor” das sirenes, a cidade que “delirou de entusiasmo”, a participação de “Todos sem a menor seleção, grandes e pequenos, ricos e pobres [...]”, no baile em que compareceram “o que de melhor possui a sociedade quixadaense”, as demonstrações atléticas etc., parecem confirmar essa supressão momentânea do real.

A distribuição temática dos dias da Semana em torno de temas como comércio, indústria, agricultura, escola, trabalho, artes, letras, aparentemente apontam para o cotidiano, porém, inscrevem-se numa outra ordem que foge ao real, ao ordinário, para representar-se num plano ideal. O dia especial é o da Pátria, razão de ser de toda essa construção, imprimindo o tom ordeiro, solene, sagrado, “cordial”, “tocante” da programação.

E é para esse dia que a Aliança reserva a “solenidade mais tocante e expressiva”. A construção do Monumento ficou a cargo do escultor Jacinto de Sousa e do mestre de obras Raimundo Franklin. Envolta em certa aura de mistério, pois, segundo afirma a tradição, a escultura fora feita no local definitivo envolta em tapume que não permitia o acompanhamento da modelagem, que demorou, incluindo as obras de alvenaria, seis meses. Entretanto, chama-nos a atenção não apenas pelo seu teor artístico, mas como resultado das laborações de muitos aliancistas e da população local, que concorreram para a execução dessa obra.

²⁹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. 2ª ed.. Campinas (SP): Editora da Unicamp. 1992, p.535-553.

HISTÓRIA E CULTURAS

Embora se reconheça certo tom nostálgico quando da inauguração dos retratos dos imperadores, mesmo emparelhados com os dos presidentes da recente República; o símbolo dos festejos, o “Monumento”, não reverenciou os patriarcas da Independência, como de resto aconteceu em quase todo o Brasil. O próprio Eusébio de Sousa, responsável pelo discurso de inauguração, pareceu fugir à regra da metodologia dos “Institutos Históricos”, dos quais era membro. Assim justificou Eusébio de Sousa, a opção dos aliancistas pelo “ferreiro”:

Procedestes com acerto [...] porque nele fala o vosso sentimento de artistas, corporificando-o na figura simbólica de um homem do trabalho - o humilde ferreiro, fitando o mundo com seu gládio na mão, que é o seu malho [...] Mais significativa que a personificação de um vulto qualquer, mesmo de mérito comprovado [...] Andaste acertado idealizando a estatueta que aqui fica, porque vos eximistes de um erro que poderia mais tarde dar uma prova de sua incultura nas coisas pátrias, homenageando individualidades hoje selecionadas, mas que com o decorrer dos anos, com o ressurgimento de novos documentos, na sua ‘análise arguta e minuciosa, de par com o testemunho dos contemporâneos e dos protagonistas’, se tornaram figuras apagadas, obscuras na história que havia culminado os seus alevantados feitos. Na própria Independência encontraríeis sem dúvida vultos distintos cujos atos heroicos poderiam ser destacados, perpetuando-se no bronze suas perduráveis ações [...] mas preferistes o tipo do ‘desconhecido’, o obreiro da forja, a quaisquer daquelas sumidades da Independência.³⁰

63

À parte a análise da riqueza histórica de caráter teórico e metodológico, presente em tal discurso, inviável no presente momento; interessa-nos refletir sobre a presença do “ferreiro” como símbolo do “Trabalho Livre”. Se o ambiente era de festejos cívicos, de autodeterminação nacional, como poderia o trabalhador braçal, o ferreiro, símbolo da expropriação e da marginalização crescente, simbolizar a Independência, senão através de sua representação numa imagem pública eternizada e sacralizada, “para a posteridade”, pelas solenidades do Centenário?

O Centenário da Independência, como marco de nossa “maioridade política”, serviu-lhes de modelo para a expressão do “Trabalho Livre”, enquanto momento de afirmação da imagem do trabalhador no contexto da sociedade local. No momento mesmo em que oficialmente deixavam de existir as expressões “artes e ofício”, surgindo as designações de trabalhadores da “agricultura”, “indústria”, “comércio” e “serviços”; onde ficariam os “artistas”?

O “Trabalho Livre” trazia consigo a era industrial, proletarizando tanto o ex-escravo, quanto os mestres de ofícios. A Aliança se constituía num corpo consideravelmente amplo de “artistas” com visões diversas do que era e deveria ser o trabalho, decorrendo disso manifestações de tradições variadas como o liberalismo, o imaginário da Revolução Francesa, as influências do “socialismo utópico” e do positivistas, aparentemente contraditórias, mas, em verdade, reveladoras das matrizes ideológicas presentes na maçonaria brasileira, que estava nas bases de sua organização, valores e práticas, como expressas em seus símbolos e representações.

³⁰ Ata da AAPQ, 17/09/1922.

HISTÓRIA E CULTURAS

Um conjunto de máximas em latim, inscritas no Monumento ao Trabalho, revelam um pouco desse quadro: “Honra ao Trabalho”, “Coragem, Amor e Trabalho”, “O Trabalho Vence Tudo”, “Paz, Justiça e Trabalho”. Admitindo-se com Jodelet,³¹ que as representações sociais são sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros, intervindo em processos os mais variados, como a constituição de identidades pessoais e sociais, ou a expressão de grupos; podemos relacionar tais definições de “Trabalho” da Aliança e o contexto de suas relações “amistosas” com a sociedade local, como fatores de aceitabilidade e de construção uma imagem positiva de associação cívica, e de conduta adequada aos padrões sócio-políticos vigentes anulando, com isso, as manifestações mais radicais presentes em seu interior.

O movimento operário brasileiro, a partir da década de 1920, fora marcado pelo embate comunistas e anarquistas, bem como pela entrada da Igreja Católica no cenário, como já referido. Desse modo, tais embates se representam e manifestam em nível local, numa cidade sertaneja nordestina. Pruridos ideológicos não deixaram de ocorrer. Segundo um texto de circulação local, em Quixadá, concernente à Aliança Artística, denominado *Aliança Artística e Proletária de Quixadá* (1978), assinado por Monteiro Lessa - pseudônimo de Raimundo Plácido do Carmo, produzido como “esforço de memória”, o antigo militante integralista local nos dá conta de que:

Houvera, no entanto, ali, [na Aliança, entre os anos de 1920 e 1930] o exemplo de esdrúxulo sincretismo filosófico. Entre o ideal socialista, calçado no materialismo histórico, erguera-se [...] a efígie do humilde e luminoso José, o carpinteiro de Nazaré, de mãos cerdosas, de cuja bondade o faria o patrono dos trabalhadores cristãos, instrumentos excelentes da sublime filosofia espiritual.

Exaltar o trabalhador, como ponto alto dos festejos da Independência da nação, simbolizava uma interpretação da história na vertente social e popular. Entre as tradições históricas da Maçonaria, que a apresentam com tutora de nossa Independência e seu “novo apostolado” na “Questão Social”; seus adeptos em Quixadá, congregando e instruindo os novos “patriotas”, optaram por trocar o Grito do Ipiranga pelo brandir da bigorna sob o malho do ferreiro.

Portanto, a análise das comemorações do Centenário da Independência, levada a efeito pela Aliança Artística e Proletária de Quixadá, constituiu-se em momento repleto de representações de caráter solene, sagrado e festivo, ocasião em que as manifestações ritualizadas demarcaram não apenas a posição dos valores, mas também as condições de atuação social presentes no cotidiano da cidade, reordenado por uma “Semana” para a execução do “extraordinário”.

³¹ JODELET, *Ibidem*.